



VIOLÊNCIA POLICIAL E O COTIDIANO DE TRABALHO NA APS: A EXPERIÊNCIA DE UMA EPS

JULIE ANE NOTARI MONTEIRO; DENÍLSON RODRIGUES DE SOUZA;
WILDERLANE ARAÚJO RIBEIRO; CHRISTIANE ALVES ABDALA; ALEXANDRE
MORAIS DA SILVA

RESUMO

As operações Escudo e Verão, ocorridas entre julho de 2023 e abril de 2024, elevaram para 75% a letalidade policial, resultando em mais de 100 pessoas mortas - em sua maioria negras, além de instalar o terror em territórios periféricos. Contudo, contrariando seus objetivos declarados, não reduziram a violência, revelando, assim, seu projeto de vingança. As Unidades de Saúde de Família (USFs) têm sido um grande receptor das vítimas de violência policial. Com o objetivo de evidenciar o projeto necropolítico em curso, o núcleo de tutoria de psicologia do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Santos-SP (PRMAPS) propôs um projeto de Educação Permanente em Saúde (EPS). Após um período de aprimoramento teórico e reflexivo, a EPS foi formulada, tendo um primeiro momento de trocas e circulação de falas com a criação de uma nuvem de palavras, posteriormente, foram apresentados recortes de jornais e um documentário sobre o tema, e por fim, uma exposição sobre os fazeres dos profissionais de saúde diante desta realidade. Considera-se que a EPS atingiu seus objetivos visibilizando e desnaturalizando a violência e matriciando as equipes multiprofissionais e agentes comunitários de saúde. Para além disso, foi possível adentrar em temáticas sensíveis e que estão presentes em diversas circunstâncias, como racismo, desigualdade social, alienação e meritocracia. Entende-se que para superar essas questões é preciso esforços para além do Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto, a EPS, bem como estratégias de promoção de saúde, pode colaborar e reverberar numa tentativa de desnaturalização dessas situações de violência.

Palavras-chave: Necropolítica; Promoção da Saúde; Estratégia de Saúde da Família.

1 INTRODUÇÃO

Em resposta à morte do soldado da ROTA Patrick Bastos Reis no dia 27 de julho de 2023 no Guarujá-SP, durante o primeiro ano do governo de Tarcísio de Freitas e com um egresso do mesmo batalhão do soldado como Secretário de Segurança Pública - Guilherme Derrite -, teve início o que seria um dos maiores massacres do estado paulista desde a chacina no Carandiru, em 1992, e os Crimes de Maio de 2006. No dia seguinte à morte citada, o governo paulista lançou na Baixada Santista a chamada Operação Escudo, que mobilizou mais de 3 mil agentes de 23 batalhões de Operações Especiais do estado, e que foi seguida pela Operação Verão (Oliveira, 2024).

As operações, ocorridas entre julho de 2023 e abril de 2024, caracterizadas como projeto de vingança, elevaram para 75% a letalidade policial e resultaram em mais de 100 pessoas mortas - em sua maioria negras -, além de instalar o terror em territórios periféricos.

Além disso, não reduziram os índices de violência e ainda infringiram a legalidade das forças de segurança (Dutra, 2024).

Nesse contexto de violações de direitos, o Sistema Único de Saúde (SUS) da região, com destaque para as Unidades de Saúde da Família (USFs), tem sido um grande receptor das vítimas da violência policial, seus familiares e testemunhas. Ademais, é importante frisar que tanto os usuários de unidades de saúde dos territórios onde ocorreram as referidas operações policiais, como seus funcionários, especialmente os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), sofrem com a violência.

Diante do massacre da população negra e periférica perpetrado pela PM paulista, o núcleo de tutoria de psicologia do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Santos-SP resolveu debruçar-se sobre as violações de direitos que tanto têm afetado a rotina de trabalho de muitos serviços. Inseridos nas equipes multidisciplinares (e-Multis) de algumas das Unidades de Saúde da Família (USF), as psicólogas do núcleo buscam dar visibilidade ao projeto necropolítico que tem sido avassalador para as populações vulneráveis dos territórios a partir de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS).

Para tanto, a ação de EPS sobre violência policial surgiu com alguns objetivos: dar visibilidade à temática da violência policial nas equipes de saúde da família e e-Multis; desnaturalizar a violência presente nos territórios periféricos e problematizá-la como um dos mecanismos de controle utilizado pelo Estado como justificativa para eliminar aqueles que estão “à margem da sociedade”; dialogar sobre os impactos de tais violências sofridas tanto pelos municípios quanto pelos trabalhadores; empoderar os trabalhadores sobre mecanismos de atuação frente às violações de direitos; contribuir com ação de cuidado de saúde do trabalhador, dando espaço e voz para que expressem suas angústias dados os intensos efeitos da violência sobre seu cotidiano.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

A EPS foi idealizada e desenhada ao longo do primeiro semestre de 2024, quando discussões sobre o tema da violência policial e de Estado foram iniciadas nos espaços de tutoria dos residentes de psicologia, as quais ocorrem todas as quartas-feiras pela manhã, semanalmente, com duração de três horas. Como disparadores iniciais, utilizamos os rastros das operações policiais realizadas nos territórios dos morros, através de relatos de casos atendidos e observação dos territórios pelos próprios residentes e tutora.

A fim de promover o pensamento reflexivo sobre o tema, a partir do mês de maio de 2024, uma vasta bibliografia foi estudada, incluindo o II e III Relatórios de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo (2024); o livro Necropolítica de Achille Mbembe (2018); a cartilha A Violência Policial no Cotidiano das/os Psicólogas/os nas Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia SP (2019); dentre tantas outras referências. No mês de junho, o núcleo convidou todo o programa de residência para assistir ao lançamento do documentário “Combinaram de Nos Matar - Nós Combinamos de Não Morrer”, dirigido por Pablo Guelli no Santos Film Fest, sediado no SESC de Santos. Em agosto, o núcleo da tutoria participou do II Encontro do Observatório do Trauma Psicopolítico, evento realizado no espaço Cisarte na cidade de São Paulo, no qual houve o compartilhamento de algumas das mais diversas formas de violências que o Estado impõe a populações vulneráveis e seus impactos.

Após as reflexões teóricas e práticas, foi estruturada a EPS: uma ação dividida em momentos, visando trocas e circulação de falas. No primeiro momento, a partir da frase “Violência Policial”, utilizada como disparador, é criada uma nuvem de palavras por meio de um site interativo, seguido de um espaço para discussões sobre aquelas que mais aparecem. O segundo momento objetiva trazer à tona recortes de notícias sobre as operações policiais,

expondo a realidade que as grandes mídias escondem. Em seguida, é reproduzido o documentário “Quem tem medo das câmeras corporais?” produzido pela UOL em parceria com a Conectas, no qual o jornalista Luís Adorno apresenta casos de vítimas fatais da operação e a versão dos familiares e amigos. Além disso, são apresentados mais dois casos de pessoas que foram alvos de intervenção policial letal, extraídos dos relatórios já mencionados. Por fim, é realizada uma reflexão sobre o que-fazer do profissional de saúde diante dessa realidade e os cuidados necessários no atendimento à população que está mais suscetível aos desmandos e truculências da segurança pública.

Até o momento, foram realizadas quatro ações de EPS, as quais duraram em torno de 1h30 no espaço das reuniões das e-Multis A, B, C e D. O primeiro encontro contou com a participação de servidores, residentes e ACS. O segundo e terceiro encontros contaram com a participação de servidores, residentes e estagiários. Já o quarto encontro contou com a participação de servidores, residentes, ACS e uma estagiária externa de um programa de residência de Saúde Mental. A ação segue em andamento, com o último encontro já agendado com as e-Multis E e F.

3 DISCUSSÃO

A EPS tem conseguido atingir seus objetivos de visibilizar a truculência policial e do Estado com populações marginalizadas nas equipes de saúde da família e e-Multis, além de desnaturalizar a violência presente nos territórios periféricos e problematizá-la como um dos mecanismos de controle do Estado. Também tem possibilitado diálogo sobre os impactos de tais violências sofridas tanto pelos munícipes quanto pelos trabalhadores, levando-se em conta as diferenças de tais violências. Como consequência, os trabalhadores têm se apoderado dos mecanismos de atuação frente às violações de direitos. Logo, a ação tem sido uma grande contribuinte para o cuidado em saúde do trabalhador.

Ademais, após o início do projeto, algumas e-Multis solicitaram a realização da ação em suas reuniões, e a chefe de uma USF também se interessou na realização da EPS em reunião com os trabalhadores de sua unidade. Isso se deve às repercussões, discussões e comentários entre os trabalhadores que já puderam participar da ação.

Por fim, embora seja uma experiência recente, pode-se notar que a EPS sobre a truculência policial e do Estado diante de populações marginalizadas tem mobilizado e gerado momentos de disponibilidade para se pensar sobre esse problema pouco refletido nas rotinas de trabalho. Isso fica evidenciado através das nuvens de palavras apresentadas abaixo, que foram produzidas em conjunto durante as ações de EPS e que demonstram o que os trabalhadores pensam e sentem sobre a violência policial:

Imagem 1: nuvem de palavras construída pela e-Multi A

Violência Policial

25 respostas



Imagem 2: nuvem de palavras construída pela e-Multi B

Violência Policial

18 responses



Imagem 3: nuvem de palavras construída pela e-Multi C

References



Imagem 4: nuvem de palavras construída pela e-Multi D

Discusses



4 CONCLUSÃO

A partir das discussões promovidas pela EPS, percebeu-se maior ou menor impacto da violência policial de acordo com os territórios. Em geral, a ação tem mobilizado os profissionais de saúde a refletirem sobre o tema e seu campo de prática, embora alguns presenciem esse fenômeno de forma mais abrangente, como os ACS. Contudo, há outros atravessadores importantes, que são questões mais enraizadas e estruturantes da sociedade capitalista: racismo, desigualdade social, alienação, ideia de meritocracia - todos desafios a serem superados.

Por fim, o SUS, sozinho, não dá conta de resolver um problema complexo como a violação de direitos humanos. Mesmo que haja equipamentos de saúde em territórios mais vulneráveis, a população que sofre esse tipo de intervenção do Estado ainda permanece invisibilizada. As ações têm gerado significativas discussões nos campos, os quais abordam a violência policial de maneiras singulares, assim como são os territórios onde atuam. Nesse sentido, pequenas ações como a EPS apresentada podem reverberar para reflexão, apropriação e posicionamento crítico da temática pelos trabalhadores, contribuindo, assim, para a prevenção de agravos e promoção de saúde, ressaltando o conceito ampliado de saúde. Um destaque importante desse trabalho é evidenciar o desafio que é a promoção da saúde através da educação permanente.

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Psicologia. Olhares: A Violência policial no cotidiano das/os psicólogas/os nas políticas públicas, 2019.

DUTRA, Tatiana Py. 75% mais letal que a operação Escudo, operação Verão já matou 56 pessoas no litoral de SP. Movimento Revista, 2024. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2024/04/75-mais-letal-que-a-operacao-escudo-operacao-vera-o-ja-matou-56-pessoas-no-litoral-de-sp/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Carolina. Um ano depois, operação Escudo elevou letalidade da PM de SP e não reduziu índices de violência. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/29/um-ano-depois-operacao-escudo-elevou-letalidade-da-pm-de-sp-e-nao-reduziu-indices-de-violencia>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo. 2024. Disponível em: <https://www.conectas.org/publication/>. Acesso em: 11/02/2025.

Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Durante a Segunda Fase da Operação Escudo. 2024. Disponível em: <https://www.conectas.org/publication/>. Acesso em: 11/02/2025.